

Macabéa

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

GRAMÁTICA E(M) MUDANÇA: EVIDÊNCIAS DA INTERFACE LINGUÍSTICA HISTÓRICA/FUNCIONALISMO



GRAMMAR IN CHANGE: EVIDENCES OF HISTORICAL LINGUISTICS/FUNCTIONALISM INTERFACE

FABRÍCIO DA SILVA AMORIM
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 01/05/2019 • APROVADO EM 27/05/2019

Abstract

This paper aims to show that the study on grammatical shift, which is very relevant to different functionalist approaches, represents a point from which the interface Functionalism/Historical Linguistics arises in an evident way. For doing so, the main theoretical and methodological bases of each approach is discussed and, based on Amorim (2016)'s work, the historical-functional change is here presented as the study object of the interface in question.



Este artigo objetiva mostrar que o estudo da mudança gramatical, tão caro às diferentes vertentes funcionalistas, representa o ponto do qual emerge, de maneira mais evidente, a interface Funcionalismo/Linguística Histórica. Para tanto, cotejam-se as principais bases teórico-metodológicas de cada abordagem e descreve-se, com base no trabalho de Amorim (2016), a mudança *histórico-funcional*, aqui apresentada como o objeto de investigação da interface em análise.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Historical Linguistics. Functionalism. Grammar. Historical-Functional Change.

PALAVRAS CHAVE: Linguística Histórica. Funcionalismo. Gramática. Mudança Histórico-Funcional.

Texto integral

INTRODUÇÃO

De modo geral, marcam as ciências contemporâneas discussões epistemológicas que buscam demarcar seus limites e suas expansões teórico-metodológicas, bem como caracterizar o(s) seu(s) objeto(s) de estudo. Entre as Ciências da Linguagem, discussões dessa natureza têm sido empreendidas desde que vieram à tona os postulados de Saussure, considerados precursores para o estabelecimento da Linguística como uma disciplina científica. Hoje consolidada, a Linguística agrega diferentes vertentes, que, em virtude de práticas interdisciplinares, cada vez mais comuns às ciências modernas, têm se mostrado complementares.

A classificação epistemológica mais basilar dos estudos linguísticos refere-se ao reconhecimento de dois grandes paradigmas¹ – o Formalismo e o Funcionalismo –, cuja distinção se deve à concepção de língua adotada por cada um: no primeiro, a língua é concebida como um sistema abstrato, no qual se estabelecem relações estruturantes que independem de fatores externos (p.ex., contexto sociocultural); no segundo, a língua representa um sistema relativamente instável devido à sua natureza funcional, ou seja, atrelada às intenções dos falantes.

Dada a diversidade de teorias e métodos que constituem a Linguística moderna, dentro de cada paradigma geral, desenvolvem-se muitas vertentes. No paradigma formal, estão, por exemplo, o Estruturalismo e o Gerativismo; no Funcionalismo, localizam-se o Funcionalismo Clássico, a Linguística Funcional Centrada no Uso, a Gramática Discursivo-Funcional, etc.

O presente artigo volta-se para o paradigma funcional, nomeadamente o Funcionalismo Clássico e a Linguística Funcional Centrada no Uso, abordando-o sob o escopo da Linguística Histórica, que, sendo bastante versátil e atrelada à gênese da própria Linguística, representa um paradigma capaz de abarcar os mais diversos formalismos e funcionalismos, concepção que se baseia, essencialmente, em Mattos e Silva (1988; 1991; 2008). Segundo a autora, esse paradigma da investigação linguística pode ser definido em sentido estrito, referindo-se ao estudo da constituição da língua através do tempo, ou, em sentido lato, aludindo a qualquer estudo que se baseia em dados historicamente circunscritos, isto é, datados e localizados.

O Funcionalismo, em suas diferentes vertentes, desenvolve-se, portanto, no âmbito da Linguística Histórica, ora em sentido lato, ora em sentido estrito: além de se debruçarem sobre dados linguísticos datados e localizados, muitos estudos funcionalistas se ocupam dos fenômenos de mudança nas línguas. Assim, o objetivo geral deste trabalho é mostrar que o estudo da mudança gramatical, tão caro aos funcionalismos, representa o ponto do qual emerge, de maneira mais evidente, a interface Funcionalismo/Linguística Histórica.

Em sentido amplo, a mudança linguística constitui qualquer alteração na forma ou na função dos elementos da língua, o que, sob um viés funcionalista, não acontece de maneira abrupta e discreta. Entre os vários fenômenos de mudança, destacam-se os que se manifestam na gramática, entendida, assim, como uma estrutura relativamente instável, emergente (HOPPER, 1991; BYBEE, 2010). Para estudá-los, os funcionalistas se valem da (teoria da) Gramaticalização, que se refere a mudanças verificadas em itens ou construções que se afastam de um polo de lexicalidade para tornarem-se (mais)gramaticais. Desse modo, a Gramaticalização, abordagem eminentemente diacrônica (HOPPER, TRAUGOTT, 1993), constitui o objeto essencial da interface Funcionalismo/Linguística histórica.

Neste texto, a discussão apresentada desenvolve-se em quatro seções. A primeira aborda a Linguística Histórica, destacando, além de aspectos teóricos e metodológicos, o seu papel na historiografia linguística. Na segunda seção, apresentam-se os principais postulados comuns às diferentes vertentes do Funcionalismo. Na terceira, discute-se como a gramática em mudança – Gramaticalização – configura uma instância da qual emerge, mais explicitamente, a interface Funcionalismo/Linguística Histórica. Para ilustrar a discussão, a quarta seção é dedicada à análise de mudanças verificadas no paradigma dos conectores causais do português a partir do trabalho de Amorim (2016). Há, por fim, as considerações finais.

A LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Costuma-se localizar, na década de 1970, um marco de grande importância para a história da Linguística: assiste-se, naquele período, à retomada da Linguística Histórica (doravante LH), que se encontrava silenciada pelos ecos

estridentes do paradigma sincrônico-formal dos estudos da linguagem. O surgimento da LH, com feições científicas, é, porém, mais antigo, data do século XIX, confundindo-se com o nascimento da própria Linguística como disciplina científica – A LH representou o primeiro empreendimento para o estabelecimento de uma ciência das línguas, uma vez que, com o seu advento, rompeu-se com uma tradição de estudos linguísticos bastante influenciada por questões meramente normativas ou filosóficas.

Contudo, conforme aponta Maia (2012, p. 533), durante grande parte do século XX, a LH foi marginalizada no rol dos estudos linguísticos, ficando alheia a muitos progressos experimentados pela Linguística Geral. Prevalciam, portanto, até os anos 1970, os estudos linguísticos pautados pela abordagem sincrônica, consequência da hegemonia do Estruturalismo inaugurado, no início do século XX, por Saussure, que, ao eleger a *langue*, e não *parole*, como objeto de estudo da Linguística, incitou a valorização da sincronia em detrimento da diacronia, já que a essa vertente interessava apenas a estabilidade do sistema. Outro aspecto apontado por Maia (2012) para o isolamento da LH, no âmbito da Linguística Geral, refere-se à autonomia atribuída aos vários níveis linguísticos, princípio também estruturalista. Assim,

Ao valorizar a sincronia, a Linguística pós-saussureana caracteriza-se pelo predomínio de um sincronicismo descritivista que se contrapõe à Linguística Histórica “tradicional”, histórico-comparativa ou de feição neogramática. Ao concentrar-se sobre o sistema funcional da língua correspondente à dimensão da homogeneidade, deixa de lado outras importantes dimensões do fenómeno linguístico, nomeadamente a sua dimensão histórica e o seu carácter social. (MAIA, 2012, p. 534)

O processo de revalorização da LH tem sua origem na aceitação da premissa de que a mudança linguística é operada na fala (*parole*); dessa forma, o estudo restrito ao sistema (*langue*) não seria capaz, entre outros aspectos, de estabelecer a distinção entre a origem e a difusão da mudança, fenômenos que requereriam uma dimensão sócio-histórica de análise.

Essa nova perspectiva acerca da mudança linguística ganha fôlego, a partir da década de 1970, com a diversificação de orientações teóricas empreendida no âmbito da Linguística Geral, nomeadamente a Sociolinguística, o Funcionalismo Clássico, a Análise do Discurso, a Pragmática e a Linguística Textual. Com esses estudos, a análise diacrônica passou a incorporar a variação linguística e a interação entre língua e contexto pragmático (MAIA, 2012, p. 534). Rompe-se, com isso, a dicotomia saussureana “sincronia/dicotomia”, na medida em que o princípio da variação linguística sincrônica passou a ser observado também em perspectiva diacrônica, levando ao reconhecimento das dinâmicas sociais e pragmáticas da mudança linguística. Dessa maneira, o lugar de proeminência reassumido pela LH resultou de novos olhares que lhe foram lançados, advindos do desenvolvimento da Linguística Geral (MAIA, 2012, p. 535).

Assim, à análise da sucessão de sincronias pretéritas, uma prática já antiga, acrescentaram-se novos métodos. A publicação da obra de Weinreich, Labov e Herzog (1968), por exemplo, representou um trabalho pioneiro na utilização de argumentos diacrônicos para explicar fenômenos sincrônicos, rompendo “as amarras metodológicas criadas e vividas pelas análises estruturalistas” (MATTOS e SILVA, 1988, p. 91). Nesse sentido, Mattos e Silva (1988, p. 108) destaca o papel fundamental da Sociolinguística no resgate dos estudos sobre a mudança linguística: “Reentravam assim os estudos diacrônicos na Linguística contemporânea pelas portas da Sociolinguística sincrônica”.

Um trabalho de grande relevância para um detalhamento da LH é o de Coseriu (1979), que levanta questionamentos acerca do que é e de como ocorre a mudança linguística. Assumida uma perspectiva funcionalista, o autor advoga que a língua é um objeto essencialmente histórico. Assim, opondo-se ao principal postulado estruturalista, questiona a concepção de língua como um sistema cuja descrição só seria possível pela observação sincrônica – reconhecendo a inerência histórica desse sistema, o autor defende que as línguas se constituem, simultaneamente, de sistematicidade e de historicidade.

Sendo a língua, nessa perspectiva, um *sistema histórico*, torna-se necessário que os seus métodos de descrição viabilizem a percepção de suas facetas sistemática e histórica. Dessa maneira, Coseriu estabelece uma relação complementar – e não excludente – entre sincronia e diacronia. Cabe ressaltar que o autor é enfático ao definir sincronia e diacronia como métodos da investigação linguística, assinalando que não se trata de atributos da língua: uma língua não é sincrônica tampouco diacrônica; os seus métodos de investigação que podem sê-lo.

Com base em Coseriu, Mattos e Silva (1988; 1999; 2008) propõe uma definição bifurcada para a LH, reconhecendo a existência da Linguística Histórica *stricto sensu* e da Linguística Histórica *lato sensu*: a primeira refere-se à definição clássica de LH, isto é, trata-se do estudo da constituição das línguas através do tempo; a segunda diz respeito a “todo estudo linguístico que se funde em base de dados necessariamente datados e localizados” (MATTOS e SILVA, 1999, p. 149).

Observa-se que a concepção de Linguística Histórica *lato sensu* defendida por Mattos e Silva pauta-se pela consideração de que uma análise sincrônica, ao se basear em dados datados e localizados, adquire uma feição historicamente contextualizada. Nessa perspectiva, descrições estritamente funcionalistas ou dialetológicas, por exemplo, inserem-se na Linguística Histórica em sentido lato: como modelos de análise fundados em amostras da língua em uso, nas suas mais diversas modalidades e gêneros, Funcionalismo e Dialetologia executam suas análises sob um viés historicamente contextualizado. Não se inserem na Linguística Histórica *lato sensu*, portanto, as teorias formalistas que dispensam, para as suas análises, dados linguísticos reais.

No bojo epistemológico da LH, é necessário observar a distinção entre os qualificadores *diacrônico* e *histórico*, assumidos, muitas vezes, como intercambiáveis. Entretanto, segundo defende Mattos e Silva (1999), o estudo da sucessão de sincronias não é, necessariamente, histórico. É o que se constata, por exemplo, no Estruturalismo e no Gerativismo diacrônicos, em que se investiga a

mudança linguística em termos estritamente formais; excluem-se, portanto, fatores socioculturais. Assim, é diacrônico o estudo da mudança sob um viés a-histórico, enquanto histórico é o estudo da mudança que considera fatores de natureza social, política, cultural, ou seja, históricos (MATTOS e SILVA, 1999, p.150). Com base nessa distinção, Mattos e Silva (2008, p. 9) reconhece duas orientações com que se podem desenvolver as investigações da LH *stricto sensu*, a saber: a linguística histórica sócio-histórica e a linguística diacrônica associada.

Na esteira da LH, seja em sentido estrito ou lato, estão pesquisas pertencentes a diversas vertentes teóricas (cf. MATTOS e SILVA, 2008); daí não ser possível apresentar uma definição unívoca do *objeto-língua* da Linguística Histórica. Tal definição depende, portanto, do quadro teórico no qual o estudo *histórico/diacrônico* se baseia. O rol de estudos sobre a mudança linguística apresenta-se como propício para interfaces teórico-metodológicas: “para a construção da história de uma língua, e para a compreensão e explicitação do multifacetado problema da mudança linguística, a possibilidade de múltiplas abordagens precisa ser mobilizada.” (MATTOS e SILVA, 1999, p. 163).

Dessa forma, as seções a seguir destinam-se a discutir a abordagem da mudança gramatical como um ponto em que o Funcionalismo e a LH convergem, evidenciando uma interface possível para cotejar o “multifacetado problema da mudança linguística”.

O(S) FUNCIONALISMO(S)

Na Linguística moderna, conforme assinalado, há uma diversidade de práticas teórico-metodológicas empreendidas sob o rótulo de Funcionalismo, uma vez que, como explica Castilho (2012):

O funcionalismo não é uma abordagem monolítica; ao contrário, ele reúne um conjunto de subteorias que coincidem na postulação de que a língua tem funções cognitivas e sociais que desempenham um papel central na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam a gramática de uma língua (CASTILHO, 2012, p. 21)

As subteorias incluídas no âmbito do Funcionalismo são tradicionalmente organizadas em dois grupos, quais sejam, o Funcionalismo Norte-Americano e o Funcionalismo Holandês. O primeiro grupo estabelece relações com o cognitivismo, sendo denominado, mais recentemente, de Linguística Funcional Centrada no Uso. Seus últimos desdobramentos têm conduzido à consolidação da Gramática das Construções, subteoria que toma como unidade de análise a construção linguística: os itens e expressões lexicais ou gramaticais são descritos como construções a partir de critérios semântico-cognitivos e morfossintáticos. O segundo grupo, nos últimos anos, tem constituído um modelo de análise conhecido como Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld, Mackenzie, 2008), pautado pela

premissa de que o processamento linguístico acontece de maneira descendente (*top-down*), ou seja, da intenção do falante à articulação da expressão linguística em níveis gramaticais.

Outra subteoria funcionalista, com desenvolvimento expressivo no Brasil, é o Sociofuncionalismo (GÖRSKI; TAVARES, 2015), caracterizado como um modelo de interface, pois se ocupa da análise de fenômenos morfossintáticos, em perspectiva funcionalista, acrescentando-lhe métodos da Sociolinguística Variacionista.

Entre os princípios que constituem a base epistemológica desses diferentes funcionalismos, podem-se destacar: i) a concepção de língua como um sistema fluido e ii) a categorização dos elementos linguísticos a partir da teoria dos protótipos. O primeiro, de natureza teórica, implica o segundo, de caráter metodológico. Desse modo, conceber a língua como um sistema variável e mutável requer um método de análise que contemple a fluidez dos usos linguísticos, o que se faz pela proposição de categorias não estanques, para a apreensão de relações híbridas entre os elementos constitutivos desses usos, visto que “o princípio da multifuncionalidade constitui a chave para uma interpretação funcional da linguagem” (NEVES, 2000, p. 15).

Outros princípios da teoria funcionalista podem ser apontados como gerais², os quais, segundo Neves (2012, p. 51), são relativos à relevância atribuída pela teoria às motivações pragmáticas da língua e às necessidades comunicativas dos seus falantes. São eles: i) o caráter instrumental da linguagem, que serve a uma variedade de propósitos comunicativos; os usos linguísticos, portanto, são motivados por forças externas (cognitivas e socioculturais) e internas à língua, garantindo um equilíbrio da gramática através de um ciclo que envolve informatividade e economia³; ii) a língua (e sua gramática) não representa um sistema autônomo isento de fatores externos e iii) os fenômenos linguísticos, como os de variação e mudança, são mecanismos para um fim, não um fim si em mesmos. Assim, ainda segundo Neves (2012, p. 53), tornam-se objetos de análise da teoria funcionalista: i) a motivação icônica e a competição de motivações; ii) a gramaticalização e suas bases cognitivas e iii) a fluidez de categorias e a prototíпия.

A noção de *discurso* e *gramática* são bastante caras à tradição funcionalista. Ambas as noções dizem respeito a dimensões da língua, sendo o discurso estruturado pelas estratégias criativas dos usuários, em que se localizam os modos individuais dos usos linguísticos, e a gramática, pelas estratégias sistemáticas desses usos, resultado da regularização das estratégias discursivas (ROSÁRIO, 2015, p. 36). Identifica-se, assim, uma relação de imbricamento entre discurso e gramática, de modo que, conforme explicam Oliveira e Votre (2009, p. 105):

[...] ganha relevo a vinculação entre discurso e gramática, na defesa de que fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza. Em outros termos, uma vez sistematizados, os constituintes gramaticais são usados conforme as condições interacionais, são dependentes dos fatores que marcam as

práticas envolvidas no uso. E esses fatores, linguísticos e extralinguísticos, compõem um espectro bem mais amplo do que as variáveis sociolinguísticas adotadas na fase inicial. (OLIVEIRA; VOTRE, 2009, p. 105)

Portanto, subjazem às diversas análises funcionalistas as relações entre discurso e gramática, uma vez que “o discurso conforma a gramática, mas principalmente porque ele não é encontrável despido da gramática” (NEVES, 2012, p. 51).

Quando considerada a sua relação com a Linguística Histórica – *lato* ou *stricto sensu* –, observa-se que, sob o seu escopo, o Funcionalismo é praticado em suas diferentes versões: na medida em que se volta para a variação e a mudança, em seus aspectos (sócio)funcionais, as diferentes vertentes funcionalistas esbarram em construtos teóricos e metodológicos da LH. Assim, sobretudo em suas investigações histórico-diacrônicas, os funcionalistas buscam desvelar as dinâmicas funcionais da mudança, o que se discute na seção a seguir.

A MUDANÇA HISTÓRICO-FUNCIONAL

De modo geral, na tradição funcionalista, considera-se que a mudança linguística resulta de fatores internos e externos à língua. Entre os funcionalismos, notam-se divergências quanto à natureza dos elementos que podem caracterizar cada grupo de fatores. Contudo, os fatores internos costumam ser referidos como elementos gramaticais (fonético-fonológicos, morfossintáticos, semânticos, etc.) que participam da constituição do sistema linguístico, enquanto os fatores externos dizem respeito a aspectos sociais, como faixa etária e gênero. É possível, ainda, considerar como fatores externos elementos discursivo-pragmáticos e cognitivos, já que estariam mais atrelados ao universo exterior da língua, como o seu contexto de uso (gênero textual, estratégias discursivas motivadas pelo perfil dos interlocutores, p. ex.) e a mente dos seus usuários (capacidade analógica, metafórica e metonímica, p. ex.). Análises empíricas realizadas por diferentes subteorias funcionalistas, a partir da consideração desses fatores, sustentam a conclusão de que

A mudança linguística é, portanto, fruto da interação permanente e intensa de fatores socioculturais, sociocognitivos e tecnológicos. Sua gênese, sua difusão e sua implementação estão estreitamente vinculados à *história social* dos falantes de uma língua e da sociedade que eles integram” (BAGNO; CASSEB-GALVÃO, 2017, p. 32 – destaque dos autores).

Embora exista uma imensa diversidade sociocultural no mundo, alguns fenômenos de variação e mudança linguística traçam caminhos bastante

assemelhados ou idênticos, mesmo em línguas tipologicamente distintas. Isso se explica pela existência de tendências universais de mudança, que, diferentemente do que preconiza o Gerativismo, não têm natureza genética, inata: trata-se de tendências sociocognitivas universais, que estão sempre em interação com os fatores ecossocioculturais de uma comunidade (BAGNO; CASSEB-GALVÃO, 2017, p. 27).

Essa interação de fatores gramaticais e sociocognitivos, responsável por motivar a variação e a mudança linguística, configura, por conseguinte, uma premissa essencial para a defesa da instabilidade do sistema linguístico. Nesse sentido, a organização e a operacionalização dos elementos estruturantes desse sistema constituem uma gramática emergente, que se (re)estrutura pelas “continuadas gramaticalizações das necessidades sociais de expressão e de intercomunicação” (CASTILHO, 2012, p. 21).

É necessário ressaltar, contudo, que, na concepção funcionalista de gramática, nem tudo é instável, emergente. Assim, a gramática de uma língua apresenta, simultaneamente, parâmetros rígidos e fluidos: aspectos estáticos coexistem com aspectos dinâmicos na estrutura das línguas (ROSÁRIO, 2015, p. 36). Tais propriedades da gramática (funcional) são assim explicadas por Görski e Tavares (2017):

[...] a gramática é, portanto, ao mesmo tempo, relativamente rígida – parcialmente automática, convencionalizada pela recorrência de usos; e flexível – sujeita a inovações, de modo que traços mais ricos e sutis do contexto podem ser examinados, conscientemente avaliados e usados de maneira expressiva (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 46).

Essa perspectiva remete a uma das principais premissas de Coseriu (1979), segundo a qual a sistematicidade (aspectos estáticos) e a historicidade (aspectos dinâmicos) constituem facetas concomitantes da estrutura linguística.

No paradigma funcionalista, a variação e a mudança verificadas no âmbito da gramática, sobretudo em seus aspectos morfossintáticos, é especialmente estudada pela (teoria da) Gramaticalização. Na Linguística moderna, o termo *gramaticalização* pode se referir a uma subteoria – notadamente funcionalista – ou a um processo específico de mudança linguística (nessa acepção, a gramaticalização figura também no paradigma formal). Em sua versão clássica, programaticamente apresentada em Hopper e Traugott (1993), a Gramaticalização é definida como um processo pelo qual itens lexicais adquirem funções gramaticais ou, quando já gramaticalizados, tornam-se mais gramaticais. Como subteoria funcionalista, trata-se de um conjunto de princípios e mecanismos operacionalizado, metodologicamente, para o estudo de processos de gramaticalização. Em estudos mais recentes, observa-se um alargamento do objeto sobre o qual a Gramaticalização se debruça, seja como teoria, seja como fenômeno, “deslocando o foco do item linguístico para a construção que o instancia.” (ROSÁRIO, 2015, p. 38).

Tradicionalmente, a Gramaticalização atrela-se ao método diacrônico, sendo considerada como um dos mecanismos de evolução e reconstrução histórica de

uma língua, o que se deve à sua aceção clássica, segundo a qual a mudança de natureza gramatical segue um *continuum* – diacrônico e unidirecional – em que formas lexicais ou menos gramaticais tornam-se (mais)gramaticais. Há, entretanto, a abordagem sincrônica da Gramaticalização (HOPPER, 1991), pela qual se pode descrever, em uma mesma sincronia, o comportamento morfossintático e discursivo de formas gramaticais, remetendo ao *continuum* diacrônico, isto é, do menos para o mais gramatical. Nesse caso, a gramaticalização é vista como um fenômeno discursivo-pragmático. Ainda assim, dado o caráter essencialmente histórico-diacrônico dos trânsitos de gramaticalização, a diacronia representa uma propriedade metodológica preponderante para o estudo desse fenômeno, conforme preconizam Hopper e Traugott⁴.

A preponderância da abordagem diacrônica, nos estudos de Gramaticalização, justifica-se até mesmo pela sua abordagem sincrônica, que, ao buscar descrever a fluidez de padrões discursivo-pragmáticos de uma forma gramatical, delinea um *continuum* de mudanças que pode ser verificado diacronicamente. Com isso, permeia a concepção de Gramaticalização sincrônica um dos métodos inerentes à Linguística Histórica, qual seja, analisar o presente para entrever o passado. Essa via metodológica, conforme aponta Faraco (2007, p. 122), baseia-se no princípio do uniformitarismo, que estabelece que fenômenos verificados em uma dada sincronia estão sob efeito dos mesmos condicionantes que estiveram presentes em sincronias pretéritas, o que significa dizer que

O estudo sistemático da variação sincrônica, incluído aí o estudo das chamadas mudanças em progresso, ao elucidar as formas como está condicionada a heterogeneidade atual, nos dá recursos metodológicos para melhor analisar o passado, que foi também uma realidade heterogênea condicionada, basicamente, por fatores semelhantes aos que operam no presente. (FARACO, 2007, p.123).

No entanto, nem sempre o *continuum* sincrônico corresponde a estágios diacrônicos, constatação que motivou a crescente adoção de outro método da LH para explicar usos sincrônicos atribuídos a processos de gramaticalização. Assim, partiu-se dos resultados empíricos de investigações diacrônicas de gramaticalização, para testar hipóteses relacionadas aos casos de variação sincrônica advindos desse tipo de mudança. Busca-se, então, no passado, explicação para fenômenos observados no presente (cf. FARACO, 2007).

Dessa forma, evidencia-se que o estudo da mudança linguística, na perspectiva funcionalista, ao considerá-la como um fenômeno essencialmente histórico, insere-se no âmbito da LH. Ainda que, no bojo da investigação, não se considerem aspectos claramente sociais como motivadores da mudança, o estudo mantém-se com o pressuposto histórico, já que, conforme assinalado, a gênese, difusão e implementação da mudança “estão estreitamente vinculados à *história social* dos falantes de uma língua e da sociedade que eles integram” (BAGNO; CASSEB-GALVÃO, 2017, p. 32). Com isso, as investigações funcionalistas,

especialmente as que abordam a Gramaticalização, lidam com a *mudança histórico-funcional*, explicando-lhe a partir de um viés ora híbrido – social, funcional, cognitivo –, ora focado em um desses aspectos. A fim de ilustrar empiricamente essa conclusão, a seção a seguir apresenta resultados do estudo diacrônico desenvolvido por Amorim (2016), que atesta mudanças histórico-funcionais no paradigma dos conectores causais do português.



O PARADIGMA DOS CONECTORES CAUSAIS: UMA INSTÂNCIA DA MUDANÇA HISTÓRICO-FUNCIONAL

De acordo com Coseriu (1979, p. 23), como já apresentado, a língua é um *objeto histórico*, pois a sua realidade perceptível, isto é, sincrônica, constitui o resultado de estágios anteriores. Com base nessa constatação, entende-se que sincronia e diacronia são métodos complementares para a investigação da língua, que possui, portanto, duas faces indissociáveis: a sistêmica e a histórica. Assumindo o ponto de vista coseriano e considerando a conexão de orações causais como um *domínio funcional* da gramática, Amorim (2016) caracteriza-se como um estudo que aborda a língua nas suas dimensões sistêmico-sincrônica e histórico-diacrônica.

A partir de um *corpus* constituído de textos que datam do século XIII ao XX, além de amostras de fala deste século, o autor descreve, sintática e semântico-pragmaticamente, um total de 843 conectores causais, explorando os resultados dessas descrições pelo viés sincrônico, através do qual se observam relações de variação e de especialização entre os conectores em cada sincronia, e pelo viés diacrônico, por meio do qual se evidenciam rearranjos, no paradigma desses conectores, resultantes de processos de gramaticalização.

O *corpus*⁵ investigado por Amorim (2016) exhibe a seguinte configuração sincrônica no paradigma dos conectores causais do português:

QUADRO 1: Conectores causais em sincronia

Português Arcaico (XIII-XV):	<i>Ca, porque, que, como, pois, pois que, porquanto</i>
Português Moderno (XVI e XVII):	<i>Porque, que, como, pois, pois que, porquanto, já que, posto que</i>
Português Contemporâneo I (XVIII-XX):	<i>Porque, que, como, pois, porquanto, já que, visto que</i>
Português Contemporâneo II (XXI – amostras de fala):	<i>Porque, que, como, já que, por causa que</i>

Fonte: Amorim (2016)

Para a análise desse quadro sincrônico, é necessário considerar dois dos princípios de Gramaticalização definidos por Hopper (1991): a estratificação e a especialização. O primeiro preconiza que a emergência de novas formas, via gramaticalização, gera a coexistência de formas distintas em um mesmo domínio

funcional da gramática, o que representa, em termos sociolinguísticos, uma variação estável. O segundo princípio prevê que uma forma em gramaticalização pode se especializar na codificação de uma das nuances funcionais do domínio funcional a que pertence. Com isso, a especialização pode alterar o cenário da estratificação, já que, segundo Hopper (1991, p. 26), a forma especializada pode generalizar-se, firmando-se como a única representante do domínio funcional em que figura.

Desse modo, assumindo a junção causal como um domínio funcional, verifica-se que tanto a estratificação quanto a especialização são princípios presentes no paradigma dos conectores causais do português, em diferentes sincronias. Para compreender as relações descritas por tais princípios, deve-se considerar que, dentro do domínio da junção de orações causais, existem *subdomínios*, definidos a partir das diferentes nuances de causalidade. Dessa forma, seguindo proposta de Lopes (2012), Amorim reconhece dois tipos de relação causal, a do enunciado (referencial) e da enunciação (epistêmica e conversacional), distinguindo, por conseguinte, dois subdomínios da junção de orações causais, rotulados como *relação causal objetiva* e *relação causal subjetiva*⁶. Os exemplos abaixo ilustram a expressão linguística desses subdomínios:

(1) A gente teve que ficá(r) esperando lá a gente tava cansado **porque** nós ficamo(s) o dia inte(i)ro no parque.. (Amostra de língua falada, séc. XXI)

(2) Nõ me detenhades, **ca** Deus mi enderençou mha carreyra... (*Flos Sanctorum*, séc. XIV)

Em (1), *porque* explicita uma relação causal objetiva, na medida em que “estar cansado” e “ficar o dia inteiro no parque” são estados de coisas relacionados como causa-efeito, ao contrário de (2), em que *ca* introduz uma justificativa para um ato de fala injuntivo (“Nõ me detenhades”), configurando uma relação causal subjetiva.

A tabela a seguir evidencia que, no português arcaico, a estratificação não se mostra como um princípio forte, conforme sugere a frequência de cada conector nos subdomínios:

TABELA 1. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Arcaico

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>ca</i>	24/20%	102/80%	126
<i>porque</i>	66/70%	28/30%	94
<i>pois</i>	7/50%	7/50%	14
<i>pois que</i>	4/40%	6/60%	10
<i>porquanto</i>	7/78%	2/22%	9
<i>que</i>	1/100%	-	1
<i>como</i>	1/100%	-	1

Total	110/43%	145/57%	255
--------------	---------	---------	-----

Fonte: Amorim (2016)

Visto que a estratificação se refere a “formas alternantes de realização das categorias existentes dentro de um determinado domínio funcional na mesma etapa histórica de uma língua” (NARO; BRAGA, 2000; 129), não se verifica, por exemplo, a sua manifestação entre *ca* e *porque*, pois suas maiores frequências estão em subdomínios distintos. Portanto, dentro de cada subdomínio, a *concorrência* entre os conectores parece nula, dado o emprego preferencial de *porque* na indicação de relações causais objetivas, e de *ca*, na expressão de relações subjetivas, o que, por outro lado, aponta para a especialização como um princípio bastante notável na sincronia em análise. Nesse caso, contudo, a especialização não acontece por generalização, conforme define Hopper (1991), mas por especificação (TAVARES, 2003), uma vez que cada conector atua em um subdomínio particular, cooperando na divisão das tarefas previstas para o domínio. Nessa mesma sincronia, observa-se, ainda, um uso especializado de *porquanto*, cuja frequência concentra-se no subdomínio da causalidade objetiva, estando, assim, em estratificação em relação a *porque*.

No português moderno, como se pode ver na tabela a seguir, *porque* e, principalmente, *como* têm frequências significativas no subdomínio da causalidade objetiva, podendo ser caracterizados como *variantes*. Essa estratificação parece se implementar também, no outro subdomínio, entre as formas *porque* e *pois*:

TABELA 2. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Moderno

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	36/40%	53/60%	89
<i>pois</i>	2/8%	23/92%	25
<i>como</i>	25/100%	-	25
<i>que</i>	2/22%	7/78%	9
<i>porquanto</i>	1/17%	5/83%	6
<i>pois que</i>	1/33%	2/67%	3
<i>já que</i>	-	3/100%	3
<i>posto que</i>	-	2/100%	2
Total	67/41%	95/59%	162/100%

Fonte: Amorim (2016)

Quanto à especialização, *como* aparece como um conector plenamente especializado na expressão de relações causais objetivas, enquanto *pois* especializa-se na indicação de relações subjetivas. O conector *porque*, ao contrário

do que se verifica no português arcaico, perde o estatuto de conector especializado, tendo a sua frequência distribuída em ambos os subdomínios. *Porquanto* também apresenta comportamento divergente do que se observa na sincronia anterior, sendo preferencialmente empregado na expressão de relações causais subjetivas. Ademais, registram-se, nessa sincronia, o desaparecimento de *ca* e o surgimento dos conectores *já que* e *posto que*.

A próxima tabela mostra que, no português contemporâneo escrito, a estratificação é verificada apenas no subdomínio das relações causais subjetivas, em que *porque* e *pois* se destacam como variantes. A especialização, por sua vez, implementa-se, nessa sincronia, entre os conectores *como*, que se mantém especializado na expressão da causalidade objetiva, e *pois*, que também segue indicando, preferencialmente, relações causais subjetivas. O conector *porque* consolida-se como um conector notadamente ambíguo quanto à expressão da causalidade.

TABELA 3. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Escrito

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	38/47%	42/53%	80
<i>pois</i>	19/24%	59/76%	78
<i>como</i>	28/100%	–	28
<i>porquanto</i>	3/75%	1/25%	4
<i>visto que</i>	2/67%	1/33%	3
<i>já que</i>	1/50%	1/50%	2
<i>que</i>	–	2/100%	2
Total	91/46%	106/54%	197/100%

Fonte: Amorim (2016)

Nas amostras de fala, representativas da sincronia contemporânea, registram-se, conforme exhibe a tabela a seguir, a especialização dos conectores *porque* e *que*, mormente utilizados no subdomínio da relação causal subjetiva e a emergência do conector *por causa que*⁷. Além disso, como nos períodos anteriores, a estratificação não tem manifestação marcante, dada a inexistência de conectores com frequências equivalentes no mesmo subdomínio, de modo que pudessem se caracterizar como variantes.

TABELA 4. Distribuição dos conectores nos subdomínios, no Português Contemporâneo Falado

Conector	Relação causal objetiva	Relação causal subjetiva	Total
<i>porque</i>	45/27%	119/73%	164

<i>que</i>	12/27%	32/73%	44
<i>por causa que</i>	2/11%	16/89%	18
<i>como</i>	2/100%	-	2
<i>já que</i>	-	1/100%	1
Total	61/27%	168/73%	229/100%

Fonte: Amorim (2016)

Sob o escopo da diacronia, Amorim (2016) descreve importantes rearranjos no paradigma dos conectores causais do português. Trata-se, portanto, de ganhos e perdas, observados no domínio da junção causal, que ilustram a dinâmica de mudanças funcionais responsáveis pelo “equilíbrio do sistema linguístico, pois a competição entre forças externas, sociais, e restrições impostas pelo sistema, forças internas, dá à língua uma organização estável, mas dinâmica, passível de mudanças.” (BAGNO, CASSEB-GALVÃO, 2017, p.17). Assim, diacronicamente, operam, no paradigma dos conectores causais do português, as seguintes permanências/mudanças:

i) *ca* – o conector causal mais frequente do português arcaico (50%[126/255]) –desaparece completamente a partir do português moderno;

ii) com o desaparecimento de *ca*, o conector *pois* passa a ser mais recrutado para a expressão de causalidade, o que resulta na perda dos seus usos temporais: no português arcaico, persistia nesse conector a noção de tempo oriunda da sua base latina (*post*);

iii) o desaparecimento de *ca* dispara também a subjetivização de *porque*, que, diferentemente do que se verifica no português arcaico, começa a ser mais empregado em contextos subjetivos, onde anteriormente predominava o conector extinto;

iv) *porque* desponta como o conector causal prototípico do português, apresentando frequência bastante estável na sucessão de sincronias: português arcaico: 37% (94/255); português moderno: 55% (89/162); português contemporâneo escrito: 41% (80/197); português contemporâneo falado: 72% (164/229);

v) o conector *pois*, embora tenha experimentado um aumento de frequência a partir do português moderno (15%[25/162]), chegando a representar 40% (78/197) dos conectores usados no português contemporâneo escrito, está em desuso no atual português brasileiro falado;

vi) o desaparecimento de *pois*, preferencialmente empregado, tanto no português moderno quanto no português contemporâneo escrito, para indicar relações causais subjetivas, acentua a subjetivização de *porque*, que, na sincronia constituída de amostras de fala do português brasileiro, tem mais da metade de suas ocorrências (53%[119/229]) localizadas no subdomínio da causalidade subjetiva;

vii) *como*, embora com baixa frequência, mantém-se estável em duas sincronias, a saber, português moderno (15% [25/162]) e português contemporâneo escrito (13% [28/197]); caracteriza-se como um conector altamente especializado, sendo utilizado apenas na expressão de relações causais objetivas;

viii) *que* apresenta frequência irrisória, ao longo das sincronias investigadas, com exceção das amostras de fala – 19% (44/229) –, sincronia em que, entre outras propriedades, esse conector é semântica e pragmaticamente equivalente a *porque*, fato que suscita a hipótese de que esses dois conectores sejam variantes formais (*que* seria a variante reduzida de *porque*);

ix) o paradigma dos conectores causais do português é constituído de formas cuja gramaticalização se implementa no decorrer da evolução da língua – *porque*, *pois que*, *porquanto*, *posto que*, *já que*, *visto que* e *por causa que* – ou, em momento anterior, ainda no latim – *ca*, *que*, *como* e *pois*;

x) *por causa que* representa o conector de gramaticalização mais recente, sendo identificado apenas nas amostras de fala e com baixa frequência (8%[18/229]).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse pela mudança linguística está presente na agenda de diferentes vertentes da Linguística moderna, vinculadas tanto ao Formalismo quanto ao Funcionalismo. Entre os funcionalistas, esse interesse torna-se preponderante por ser imprescindível a uma abordagem que apregoa a heterogeneidade e a instabilidade sistêmicas. Na Linguística Histórica *stricto sensu*, a mudança linguística é condição *sine qua non* para a sua existência como paradigma de análise linguística. A mudança, portanto, é um objeto de investigação em torno do qual podem convergir vertentes e paradigmas distintos.

Ratificando a investigação da mudança linguística como uma atividade propícia ao estabelecimento de interfaces teórico-metodológicas, Mattos e Silva (1999, p. 163) assinala que, “para a construção da história de uma língua, e para a compreensão e explicitação do multifacetado problema da mudança linguística, a possibilidade de múltiplas abordagens precisa ser mobilizada.”

Essas constatações conduzem à conclusão de que o *lugar* de encontro entre o Funcionalismo e a Linguística Histórica é o estudo da mudança linguística. Como, na perspectiva funcionalista, mudanças na gramática têm papel nuclear, é por meio da Gramaticalização que tal encontro se demonstra mais intenso e produtivo.

Reconhecidos os diversos fatores responsáveis por acionar e difundir a mudança linguística, cabe afirmar que, como objeto de investigação da interface Linguística Histórica/ Funcionalismo, esse fenômeno caracteriza-se como *histórico* e *funcional*.



Assim, o paradigma dos conectores causais, conforme descrito por Amorim (2016), revela-se como uma instância da gramática na qual se verificam mudanças histórico-funcionais. O caráter histórico advém da concepção de que, sendo a língua um objeto histórico (COSERIU, 1979), as mudanças que nela se implementam têm a sua gênese nas relações socioculturais estabelecidas pelos seus usuários: as dinâmicas socioculturais requerem usos linguísticos também dinâmicos, suscitando mudanças na (gramática da) língua. Ainda que descrição linguística não se paute, explicitamente, por fatores socioculturais, como é o caso de Amorim (2016), o estatuto histórico da mudança se mantém, desde que a sua base epistemológica corrobore a essência histórica inerente às línguas.

A faceta funcional da mudança diz respeito aos fatores pragmáticos e cognitivos que a motivam. Trata-se de dinâmicas funcionais, que, caracterizadas pelo elo entre gramática e uso, concretizam-se na relação entre falante e ouvinte, “que negociam sentido de maneira interativa, tanto respondendo ao contexto quanto criando contexto” (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p.92).

Dessa forma, os rearranjos observados, diacronicamente, no paradigma dos conectores causais do português, refletem essas dinâmicas. O desaparecimento de *ca*, por exemplo, forma altamente utilizada pelos falantes/escrevintes para indicar relações causais subjetivas, no português arcaico, desestabilizou o sistema, disparando, para o seu reequilíbrio, uma série de outras mudanças. Assim, na interação entre os usuários da língua, operaram-se inferências cognitivo-pragmáticas, como a metonímia, que permitiram mobilizar os usos de *pois* e *porque* em contextos antes ocupados por *ca*, acrescentando novos sentidos a esses conectores ou alterando os já codificados.

Por meio dessas dinâmicas, mantêm-se, então, inerentes à língua, a sistematicidade e a historicidade (COSERIU, 1979).

Notas

¹ Neste texto, o termo *paradigma* refere-se a uma categoria teórica mais ampla, dentro da qual se localizam subcategorias, aqui nomeadas *vertentes*. Assim, utiliza-se *vertente* como hipônimo de *paradigma* (hiperônimo).

² Assim como Neves (2012), Castilho (2012) apresenta princípios basilares comuns às vertentes identificadas como funcionalistas. Além dos princípios citados por Neves, o autor reconhece, como um dos postulados coincidentes entre os funcionalismos, a perspectiva pancrônica para a explicação linguística.

³ Segundo a proposta de Neves (2012, p. 55), a *informatividade* caracteriza-se pelo aumento da forma fônica, da complexidade semântica e do dispêndio de tempo no enunciado, bem como por uma relação mais direta entre forma linguística e estrutura da experiência (maior iconicidade/transparência), enquanto a *economia* se dá pela redução tanto da forma fônica quanto da complexidade, pela rapidez do enunciado e por uma relação mais frouxa entre forma linguística e estrutura da experiência (menor iconicidade/maior opacidade).

⁴ “the chief perspective [of grammaticalization] is historical, investigating the sources of grammatical forms and the typical steps of change they undergo...” (HOPPER; TRAUOGOTT, 1993).



⁵ Amorim (2016) analisa apenas os conectores causais que participam de construções do tipo *p porque q* e *porque q, p*, sendo *p* e *q* segmentos oracionais.

⁶ A *dicotomização* das relações causais não deixa de reconhecer a fluidez da causalidade. Trata-se de uma estratégia expositiva pela qual se reúnem relações próximas sob dois rótulos que remetem à questão da *evidenciação* ou *exploração* do elo causal (cf. PAIVA, 1991).

⁷ Amorim (2016) não reconhece *por causa que* como uma forma especializada, uma vez que, no *corpus* investigado, os usos subjetivos desse conector parecem ser circunstanciais, resultando de uma assimilação da subjetividade presente no gênero textual *relato de opinião*, de onde foram obtidas mais de 70% de suas ocorrências.

Referências

AMORIM, F. S. **Gramaticalização de conectores causais na história do português**. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2016.

BAGNO, M. ; GALVÃO, V. C. C. Mudança linguística: fenômeno sociocognitivo de base funcional. In: BAGNO, M. et al. **Dinâmicas funcionais da mudança linguística**. São Paulo: Editora Parábola, 2017, p. 9-33.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

CAMACHO, R. G. A interface sintaxe e discurso na gramática funcional. In: **Os fatos da linguagem, esse conjunto heteróclito**. Araraquara: FCL-UNESP Laboratório Editorial: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 39-79.

CASTILHO, A. T. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Trad. De Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

FARACO, C. A. **Linguística Histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas**. 2ª ed. São Paulo: Parábola, 2007.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M.A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M. et al. **Dinâmicas funcionais da mudança linguística**. São Paulo: Editora Parábola, 2017, p. 35-63.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J.L. **Functional Discourse Grammar: a Typologically-based Theory of Language Structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

_____. TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University, 1993.

LOPES, A. C. M. Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no português europeu contemporâneo. **Alfa**, São Paulo, 56 (2), 2012.

MAIA, C. Linguística Histórica e Filologia. In: LOBO, T. et al. **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 533-542.

MARTELOTTA, M. E.; ALONSO, K. S. B. Funcionalismo, Cognitivismo e a dinamicidade da língua. In: SOUZA, E. R. **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 87-106.

MATTOS E SILVA, R. V. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. **DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada**, São Paulo, n.4, p. 85-114, 1988.

_____. **Caminhos da Linguística Histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Orientações atuais da lingüística histórica no Brasil. **Revista Lingüística**, São Paulo, v. 1, n.11, p. 155-174, 1999.

NARO, A.; BRAGA, M. L. A interface sociolingüística/gramaticalização. **Gragoatá**, n.9, Niterói. p.125-134, 2000.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M.. **A gramática passada a limpo**. São Paulo: Parábola, 2012. 280p

OLIVEIRA, M. R.; VOTRE, S. J. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. **Matraga** (Rio de Janeiro), v. 24, p. 97-114, 2009.

PAIVA, M. C. **Ordenação de cláusulas causais: forma e função**. 1991. 232 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

ROSÁRIO, I. C. Gramática, gramaticalização, construções e integração oracional: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. **Linguística centrada no uso**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015, p. 36-50.

TAVARES, M. A.; GÖRSKI, E. M. Variação e sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. **Mapeamento sociolingüístico do português brasileiro**. 1ed. São Paulo: Contexto, 2015, p. 249-270.

Para citar este artigo



AMORIM, F. da S. Gramática e(m) mudança: evidências da interface linguística histórica/funcionalismo. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8., n. 2., 2019, p. 67-86.

O Autor

Fabrcio da Silva Amorim tem Licenciatura em Letras (Português/Inglês) pela Universidade do Estado da Bahia (2007), Mestrado em Língua e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (2012) e Doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016). Realizou, pelo PDSE/CAPES, estágio de pesquisa na Université Catholique de Louvain (Bélgica). É Professor do Instituto Federal da Bahia/Câmpus Valença. Tem experiência na área de Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: funcionalismo(s); gramaticalização; orações/conectores causais e sociolinguística educacional.